

SOBERANIA ALIMENTAR: QUAIS CAMINHOS (IM)POSSÍVEIS NO BRASIL?

Edilekson Silva de Carvalho ¹
Jaqueline dos Santos Ferreira ²
Eder Souto Batista ³
Eraldo da Silva Ramos Filho ⁴

RESUMO

Este artigo aborda a questão da soberania alimentar no Brasil, levantando questionamentos a respeito de possibilidades para sua realização. Destacando a necessidade de se construir uma plataforma de soberania alimentar em contraposição aos sistemas de commodities e o agronegócio que corroboraram com o aumento e manutenção da fome. Observando que a problemática da fome diante da situação de insegurança alimentar que nosso país enfrenta, agravada com o desmonte das políticas públicas voltadas à agricultura familiar durante os dois governos anteriores entre os anos de 2016 a 2022, onde um inquérito nacional realizado pela Rede PENSSAN, em 2022, registrou que cerca de 33,1 milhões de pessoas no Brasil não têm o que comer diariamente. Nesse âmbito, nos motivamos a questionar a manutenção e agravamento desse quadro de insegurança alimentar explorando possibilidades de revertê-la, examinando o histórico da agricultura brasileira e as políticas agrárias e agrícolas do governo. Enfatizando que há ações afirmativas na reversão desse quadro da fome sendo realizadas pelos movimentos socioterritoriais através de práticas agroecológicas, que produzem e distribuem alimentos saudáveis indo em contraposição à lógica capitalista, mas que necessitam de aprimoramentos para que possam alcançar de maneira equitativa toda a população, em consonância com uma agenda de redistribuição efetiva de terras, fator fundamental para a construção de uma plataforma de soberania alimentar no Brasil.

Palavras-chave: Soberania Alimentar, Movimentos Socioterritoriais, Agroecologia.

ABSTRACT

This article addresses the issue of food sovereignty in Brazil, raising questions about possibilities for its realization. Highlighting the need to build a platform of food sovereignty in opposition to commodity systems and agribusiness that have contributed to the increase and maintenance of hunger. Noting that the problem of hunger in the face of the situation of food insecurity that our country faces, aggravated by the dismantling of public policies aimed at family farming during the two previous governments between the years 2016 and 2022, where a national survey carried out by the PENSSAN Network, in 2022, recorded that about 33.1 million people in Brazil do not have enough to eat daily. In this context, we are motivated to question the maintenance and worsening of this situation of food insecurity by exploring possibilities to reverse it, examining the history of Brazilian agriculture and the government's agrarian and agricultural policies. Emphasizing that there are affirmative actions in the reversal of this situation of hunger being carried out by socio-territorial movements through agroecological practices, which produce and distribute healthy food going against the capitalist logic, but which need improvements so that they can reach the entire population in an equitable manner, in

¹ Mestrando do Curso de Geografia da Universidade Federal de Sergipe- UFS, Leksonfla10@gmail.com;

² Mestrando do Curso de Geografia da Universidade Federal de Sergipe- UFS, Jaqueline.dos.ferreira@gmail.com;

³ Doutorando do Curso de Geografia da Universidade Federal de Sergipe- UFS, Ederestudante@gmail.com;

⁴ Doutor pelo Curso de Geografia da Universidade Federal de Sergipe- UFS, Eramosfilho@gmail.com.

line with an agenda of effective land redistribution, fundamental factor for the construction of a food sovereignty platform in Brazil.

Keywords: Food Sovereignty, Socio-Territorial Movements, Agroecology.

INTRODUÇÃO

A abordagem da soberania alimentar no Brasil suscita diversas reflexões, especialmente quando consideramos a dinâmica que envolve a agricultura brasileira. No âmbito dessas reflexões, surgem questionamentos pertinentes sobre possibilidades concretas de estabelecer uma plataforma eficaz para a soberania alimentar. E nesse sentido, essa plataforma representaria uma alternativa crucial em contraposição aos sistemas dominados por commodities, os quais não apenas perpetuam as disparidades na busca pelo direito fundamental a uma alimentação saudável, mas também carecem de um compromisso real com a prática de uma agricultura sustentável que respeite os territórios e culturas dos povos originários. De modo que seja possível construir um modelo de agricultura camponesa resistente e emancipatória, rompendo com as amarras que limitam o acesso aos alimentos nutritivos e descontaminados, promovendo assim, uma transformação positiva no panorama alimentar brasileiro.

Quadro da fome esse, que se agravou ainda mais, quando a partir de 2016, com o projeto ultraliberal capitaneado pelos governos Michel Temer e seguido pelo governo Jair Bolsonaro, deu-se início a um desmonte das políticas públicas voltadas à agricultura familiar, fomentando apenas políticas governamentais voltadas ao fortalecimento das classes atreladas ao modelo econômico do agronegócio. Confirmativo dessa situação pode ser averiguado no 2º Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil, realizado em 2022 pela Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Rede PENSSAN), que registrou que no Brasil possui cerca de 33,1 milhões de pessoas sem terem o que comer diariamente.

Nesse sentido, este artigo busca problematizar os motivos da manutenção e agravamento desse quadro de insegurança alimentar. Motivado a questionar sobre as possibilidades de revertê-lo e, ao perscrutar o histórico da agricultura brasileira se há caminhos para a superação desta situação e se a produção da soberania alimentar em nosso país poderia ser uma possibilidade. Discutindo caminhos (im)possíveis no Brasil, após as eleições de 2022, para uma reconstrução de uma agenda redistributiva de terras, fomentadora da produção de alimentos de qualidade, saudáveis e descontaminados, voltados para o bem

estar e saúde coletiva da sociedade brasileira, preocupados com os ciclos ecológicos e refletido sobre a importância da agroecologia como um caminho viável para a construção de uma plataforma de soberania alimentar, pautada nos movimentos de reforma agrária e a luta pelo direito à terra.

É importante destacar que há possibilidades evidentes da produção e distribuição de alimentos saudáveis, mesmo diante de uma forte hegemonia da agricultura convencional que investe cada vez mais na produção de alimentos geneticamente modificados. Evidências destas possibilidades ganharam destaque na mídia durante o período de lockdown vivenciado pela sociedade brasileira durante a pandemia do novo coronavírus. Quando iniciativas solidárias dos movimentos socioterritoriais camponeses doaram toneladas de alimentos produzidos em bases agroecológicas, às populações em situação de fome, vulnerabilidade e risco alimentar por todo o território brasileiro.

Estas ações nos mostram que é possível a constituição de outros circuitos de comercialização e assistência social em situações de crise, para além das campanhas publicitárias-assistenciais das corporações do capital monopolista que compraram alimentos do agronegócio para distribuir às populações vulneráveis. O que observamos, portanto, é uma manifestação tangível da possibilidade e eficácia de estratégias mais descentralizadas e centradas na comunidade, capazes de enfrentar desafios sociais e alimentares de maneira mais holística e justa.

Essas experiências durante o período de lockdown ilustram que a solidariedade e a agroecologia não são apenas conceitos abstratos, mas sim ferramentas práticas que podem remodelar positivamente a dinâmica da assistência social não apenas em tempos de crise, mas também nessa construção de um caminho viável para uma soberania alimentar que tenha autonomia na produção dos alimentos, entretanto essas ações precisam ser fortalecidas para que possam ganhar uma concreticidade mais abrangente e nesse sentido chegar a toda a população. Evidenciando-se que o direito ao acesso à terra e meios para se reproduzir nela são essenciais.

METODOLOGIA

Diante dos pressupostos iniciais apontados, este trabalho pretende preliminarmente, realizar uma reflexão teórica a respeito da condição camponesa na sociedade capitalista, suas múltiplas formas de resistência e a possibilidade de construção de uma plataforma política da soberania alimentar em nosso país, através de pesquisas bibliográficas de textos, baixando-os

e fazendo as leituras, análises e fichamentos do mesmo. Acompanhando a sistematização das diretrizes de política agrária, agrícola e alimentar do governo brasileiro nesse primeiro ano de 2023, fazendo análises dessas políticas governamentais.

A cerca disso, se faz necessário observar o quadro político e em quais circunstâncias ele se configura, para que mediante a isso seja possível traçar possíveis caminhos para que possa organizar medidas e arranjos capazes de coordenar planos efetivos para a política agrária brasileira, fazendo essa revisão literária por meio de buscas em jornais, teses e dissertações, artigos, revistas científicas, repositórios Institucionais, livros eletrônicos e sites governamentais, pesquisando trabalhos desenvolvidos no direcionamento dessa temática aqui abordada, pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia- PPGeo, da Universidade federal de Sergipe, na biblioteca online da questão agrária e pesquisar em grupos de pesquisas.

REFERENCIAL TEÓRICO

A soberania alimentar é um conceito que se refere ao direito dos países e das comunidades em definir suas próprias políticas e estratégias alimentares de acordo com suas necessidades e valores, em vez de depender das decisões e produtos alimentares impostos por atores externos, como as corporações agroalimentares provenientes da agricultura convencional voltada ao capital. Desmarais (2007), aborda que o conceito de soberania alimentar surge em contraposição à ideia de segurança alimentar defendida pela FAO e por ONGs internacionais. Este conceito tornou-se um princípio fundamental para muitos movimentos e organizações que impulsionam um sistema alimentar mais justo, equitativo e que respeite os ecossistemas.

“O conceito de soberania alimentar articula-se ainda com o controle democrático dos sistemas alimentares e o reconhecimento da herança cultural e o pertencimento dos recursos genéticos da humanidade, concebendo que os quatro recursos essenciais para a realização da produção agrícola são: a terra, a água, o ar e as sementes.” (Ramos Filho, 2015, p.60).

A Via campesina, principal organização estruturante da articulação camponesa no Brasil e na América Latina, aborda que soberania alimentar é,

O direito dos povos, comunidades, e países de definir suas próprias políticas sobre a agricultura, o trabalho, a pesca, a alimentação e a terra que sejam ecologicamente, socialmente, economicamente e culturalmente adequados às suas circunstâncias específicas. Isto inclui o direito a se alimentar e produzir seu alimento, o que significa que todas as pessoas têm o direito a uma alimentação saudável, rica e culturalmente apropriada, assim como, aos recursos de produção alimentar e à habilidade de sustentar a si mesmos e as suas sociedades. (Via Campesina, 2002).

Nesse sentido, a construção concreta de uma plataforma de soberania alimentar está atrelada principalmente, na possibilidade de um controle local da produção de alimentos que não dependam majoritariamente da produção alimentícia da agricultura convencional capitalista que não respeitem os ciclos ecológicos atuando fortemente na degradação dos recursos naturais. Garantindo à população o acesso a alimentos saudáveis e descontaminados, oriundos de uma agricultura camponesa que detenha controle da produção, distribuição e consumo de alimentos. Ramos Filho (2015), destaca, que a plataforma da soberania alimentar, ao considerar o modelo de produção camponês como a referência de futuro, reafirma a tríade terra – trabalho – família. Nessa perspectiva, o direito e acesso dos povos à terra e ao território é essencial para esse processo.

Segundo os apontamentos da Via Campesina (2002), é preciso que os povos, comunidades e países possam definir suas próprias políticas sobre a agricultura, trabalho, a pesca, a alimentação e a terra. Compreendendo que ter autonomia da produção alimentar e das políticas agrícolas e alimentares é essencial para se contrapor aos sistemas agroalimentares das commodities. De forma que,

“Não basta que a população de um país tenha uma produção alimentar suficiente para seu contingente demográfico, ou que possuam meios econômicos para comprá-los, ou, ainda, que recebam doações humanitárias internacionais (acesso). É preciso que cada nação tenha garantido o direito de manter e desenvolver sua capacidade de produzir alimentos básicos, em consonância e respeito com sua(s) respectiva(s) identidade(s) cultural(is) e produtiva(s), garantindo o direito de produzir o próprio alimento em seu território e afirmando o direito dos povos de ter o controle e exercer o poder sobre suas políticas agrícolas e alimentares.” (Ramos Filho, 2015, p.59).

É importante ressaltar a importância da soberania alimentar na luta pelo combate à fome e o quanto essa luta está entrelaçada com os movimentos socioterritoriais, pois, como relata Sobreiro Filho (2016), essa luta relaciona-se de forma direta com o espaço/território, como produto e produtor. Nesse sentido, os movimentos camponeses precisam ser atuantes na produção e na organização do espaço, para que assim haja possibilidade de luta e conquista dos territórios, sendo possível constituir sua auto afirmação por meio de sua reprodução, assim como a possibilidade de se construir uma autonomia alimentar. Nesse sentido, Pedon (2009), aponta que:

(...) Todo movimento socioterritorial é ao mesmo tempo um movimento pela autodefinição. Busca-se afirmar uma representação de si mesmo, como indivíduo ou grupo, que se apropria de um espaço. Esta autodefinição constitui-se dentro de um espaço maior, onde as relações de poder estão arranjadas de forma a dar sentido ao ordenamento no território. Impor sua territorialidade, imprimir no espaço o conjunto de seus valores, ideias e vontades, faz com que a conquista do território seja um trunfo para os movimentos socioterritoriais. (Pedon, 2009, p. 175).

Diante desse contexto de luta por uma soberania alimentar em nosso país, destaca-se a importância da Agroecologia nessa caminhada. Uma vez que, estando interligada aos movimentos socioterritoriais pode contribuir significativamente. As práticas agroecológicas imbuídas nos movimentos camponeses podem ser uma alternativa em contraposição ao agronegócio e os alimentos transgênicos provenientes de organismos geneticamente modificados (OGM) e à agricultura intensiva baseada em produtos químicos que atende exclusivamente aos interesses do capital. Urhahn e Pohl (2018), relatam que há um movimento agroecológico crescente no mundo, trabalhando para mudar a maneira como produzimos e consumimos alimentos. Tentando tornar nossos sistemas alimentares mais justos e independentes das grandes corporações.

Altieri e Rosset (2018), constatarem que a agroecologia é um instrumento ativador do ponto de vista social para a transformação das realidades rurais por meio da ação coletiva, e é um elemento fundamental na construção da soberania alimentar. Práticas agroecológicas se perpetuam por ações coletivas e sociais e de fortalecimento da agricultura, agregando conhecimento científico e saber tradicional para proteger e desenvolver as plantações, proporcionando melhores condições sociais e econômicas aos produtores rurais. Tardin (2012), expõe que uma transição dos sistemas agrícolas para a agroecologia, ressignifica os processos produtivos restaurando as relações ecológicas, melhorando as condições de vida das pessoas.

Nesse âmbito, o campesinato juntamente com práticas agroecológicas pode dar possibilidades de se trilhar um caminho diferente do sistema dominante da agricultura convencional e do agronegócio, que com uso exacerbado de agrotóxicos e práticas que destroem a natureza fomentam o quadro da fome em nosso país. “O campo do agronegócio, objetivado pela lucratividade, produz pobreza, destruição da natureza, concentração do território (poder, terra, água, biodiversidade, tecnologia, recursos, ideologia e política).” (Ramos Filho, 2015, p.50). Como aponta Fernandes (2008), defender a ideia de soberania alimentar e transformá-la em política pública, significa assumir uma posição contra as políticas de commodities.

Ramos Filho (2013), destaca que o campesinato tem na centralidade da sua existência o direito de acesso à terra e produz relações que não são capitalistas, materializadas na realização do trabalho familiar. Desse modo, a luta camponesa pelo acesso à terra é também, uma busca pela reafirmação da sua identidade, costumes e de suas raízes. “O campo do campesinato objetiva a dignidade da família, o abastecimento dos mercados, a proteção da

natureza (natural e humana) e a desconcentração do território (partilhando seu conteúdo e contingente), logo, produz riqueza.” (Ramos Filho, 2015, p.50). É nesse bojo, a redistribuição de terras em conjunto com meios concretos de se reproduzir nela, são essenciais na busca por autonomia alimentar em nosso país.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Este trabalho propõe uma análise crítica dos motivos subjacentes à persistência e agravamento da insegurança alimentar no contexto brasileiro, buscando identificar estratégias eficazes para sua reversão. Para isso, realiza uma investigação do histórico da agricultura brasileira e examina a viabilidade de construção de uma plataforma que promova a soberania alimentar. Destaca-se que existem caminhos tangíveis para alcançar esse objetivo, evidenciados pelas práticas em curso nos movimentos socioterritoriais dedicados à produção de alimentos saudáveis.

Ao desafiar a lógica capitalista predominante, esses movimentos têm desenvolvido ações que representam uma alternativa viável para a produção alimentar. Essas iniciativas, já em andamento, apontam que há possibilidades concretas, mas que precisam ser aprimoradas e expandidas, visando assegurar uma distribuição mais equitativa dessa produção para toda a população. Em consonância com o papel da agroecologia, em conexão estreita com os movimentos socioterritoriais, que emerge como um elemento importante nesse processo.

Além disso, destaca-se a necessidade premente de uma reforma agrária justa, que vá além da mera redistribuição de terras, abrangendo também as condições necessárias para a revitalização e recriação de práticas agrícolas sustentáveis. Este enfoque abrangente visa criar as bases para a construção efetiva de uma plataforma de soberania alimentar no país, promovendo não apenas a segurança alimentar, mas também a equidade e a justiça social. Visto que o quadro da fome se arrasta por décadas em nosso país e que agravou com as recentes políticas governamentais implantadas.

Dados recentes obtidos pelo 2º Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil, nos mostram que mais da metade da população apresenta algum grau de insegurança alimentar. Como podemos observar no gráfico abaixo.



2º Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil.



Gráfico 1. Pesquisa da Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Rede PENSSAN).

Fonte: <https://olheparaafome.com.br/>

Desse modo, observando esse quadro de insegurança alimentar em nosso país, este trabalho dedicou-se a realização de reflexões acerca de possibilidades para uma autonomia alimentar que culminaram com as análises sistematização das diretrizes e políticas governamentais aqui referidas de forma introdutória. Compreendendo que no Brasil, o agronegócio configura o nosso território, sobre bases de monoculturas voltadas à exportação que monopoliza a produção de alimentos diante por meio um arranjo latifundiário, que beneficiado por incentivos financeiros, inviabiliza a luta camponesa pelo acesso à terra.

A prática do campesinato baseada na agroecologia que respeite às relações sociais, culturais, ecológicas e que fortaleça a luta pela territorialização da agricultura camponesa que só se faz possível por meio do direito à terra. A vista disso, acompanhado as diretrizes de política agrária, agrícola e alimentar do governo brasileiro até o presente momento, temos como resultados iniciais a volta do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), que em resumo busca promover o acesso à alimentação e incentivar a agricultura familiar sua produção e circulação dos alimentos, dando mais dignidade a esses agricultores, desse modo sua retomada visa fortalecer essa agricultura familiar e a garantir o acesso à alimentação saudável a todos os brasileiros.

O PAA, retorna com uma proposta de uma versão mais atualizada a respeito do aumento de cotas individuais para os agricultores. Juntamente com a reinstalação do Conselho

Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (Condraf) e a criação do Programa de Organização Produtiva e Econômica de Mulheres Rurais. Além de uma maior ampliação dos programas sociais que dão um suporte a essas famílias, tanto em meios rurais como urbanos.

Entretanto, essas medidas são processos paliativos que não resolvem por completo a problemática da fome, tão pouco promovem uma autonomia alimentar, uma vez que as bases latifundiárias se mantêm predominantes e agronegócio avança a passos largos, reforçado a cultura das commodities e o uso sem controle insumos químicos, venenos nocivos a saúde humana e a biodiversidade. Essas políticas públicas não conseguem exercer suas totalidades se o Estado não possibilitar os meios necessários para que se resolva a questão crucial da reforma agrária, que precisa ser concretizada de maneira que atenda uma agenda redistributiva de terras efetiva, contempladora das reais necessidades do campesinato brasileiro de modo que esses agricultores possam se reproduzirem e se firmarem como movimentos existentes numa perspectiva de classe, onde possam ter subsídios concretos para lutar contra os sistemas agroalimentares capitalistas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A soberania alimentar é uma abordagem que enfatiza a importância da segurança alimentar, mas também aborda questões de justiça social, ambiental e econômica no sistema alimentar global. Este conceito foi promovido por movimentos camponeses, organizações indígenas e grupos da sociedade civil em todo o mundo como uma resposta aos desafios plantados pela globalização e à concentração do poder na indústria agroalimentar. A questão da soberania alimentar no contexto brasileiro constitui um campo de estudo complexo e multifacetado, exigindo uma análise aprofundada da dinâmica agrícola nacional.

A presente abordagem buscou examinar as nuances dessas características, destacando as interrogações intrínsecas relacionadas à construção de uma plataforma efetiva de soberania alimentar. De modo que se possa pensar uma abordagem que se contraponha aos paradigmas vigentes dos sistemas orientados por commodities, que não apenas perpetuam as disparidades sociais na busca pelo direito básico a uma alimentação saudável, mas também negligenciam a adoção de práticas agrícolas sustentáveis, comprometendo a preservação da natureza e culturas dos povos originários.

A necessidade de se conceber uma abordagem alternativa ganha destaque diante da necessidade de superar as lacunas existentes no panorama alimentar atual. A proposta de uma plataforma de soberania alimentar visa não apenas mitigar as desigualdades no acesso à

alimentação, mas também estabelecer alicerces para uma agricultura camponesa resistente e emancipatória. Esse caminho implica romper com paradigmas tradicionais e abandonar estratégias que não apenas asseguram a segurança alimentar, mas também incorporam princípios de preservação dos recursos naturais e participação democrática na tomada de decisões relacionadas à produção, distribuição e consumo de alimentos.

A soberania alimentar, assim concebida, surge como uma resposta holística aos desafios contemporâneos, transcendendo a mera questão de garantia de alimentos para adentrar as esferas de justiça social e autonomia local. Nesse sentido, a abordagem acadêmica sobre a soberania alimentar no Brasil se revela não apenas como uma análise crítica, mas também como um convite à construção de estratégias inovadoras e políticas públicas que promovam um sistema alimentar mais equitativo e socialmente justo.

Nesse âmbito, mediante as lutas pelo território e o direito de reproduzir-se nele, os movimentos socioterritoriais se tornam agentes essenciais. Evidenciando-se a importância da Agroecologia nesse cenário de lutas e afirmações desses movimentos, onde seja possível fomentar uma agricultura camponesa, que tenha condições concretas de descentralizar a produção de alimentos e insumos agrícolas, numa contraposição aos sistemas de commodities que mantêm as desigualdades na busca pelo direito básico a uma alimentação saudável. E que promova uma real e significativa melhora nas condições sociais e econômicas dos produtores rurais, além de um desenvolvimento rural sustentável que consiga comportar os conhecimentos científicos e os saberes tradicionais, rompendo com as bases e estruturas latifundiárias brasileiras que limitam a produção e existência dos pequenos agricultores que produzem comida de verdade.

REFERÊNCIAS

2º Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil. Disponível em: <https://pesquisassan.net.br/2o-inquerito-nacional-sobreinsegurancaalimentar-no-contexto-da-pandemia-da-covid-19-no-brasil/>. Acesso em: 5 out de 2023.

ALTIERI, M.; ROSSET, P. **Agroecologia ciencia y politica**. 3e ed. Sociedad Científica Latinoamericana de Agroecología -SOCLA, 2018.

BEZERRA A.; STROPASOLAS P. **mst.org.br**, 2023. Em Pernambuco, agricultores celebram a volta do PAA: ‘Certeza de que vamos produzir e vender’. Disponível em:



<https://mst.org.br/2023/03/23/em-pernambuco-agricultores-celebram-a-volta-do-paa-certidade-que-vamos-produzir-e-vender/>. Acesso em 05 out de 2023.

BOMBARDI, Larissa Mies. **Geografia do Uso de Agrotóxicos no Brasil e Conexões com a União Europeia** / Larissa Mies Bombardi. - São Paulo: FFLCH - USP, 2017. 296 p. Disponível em: <https://conexaoagua.mpf.mp.br/arquivos/agrotoxicos/05-larissa-bombardi-atlas-agrotoxico-2017.pdf>. Acesso em: 15 out. 2023.

BOVÉ, José; DUFOUR, François. **O mundo não é uma mercadoria: camponeses contra a comida ruim**. Tradução de Angela Mendes de Almeida e Maria Teresa Van Acker. São Paulo: Editora Unesp, 2001.

Brasil [livro eletrônico]: do flagelo da fome ao futuro agroecológico: uma análise do desmonte das políticas públicas federais e a agroecologia como alternativa / Andréia Vigolo Lourenço [et al.]; coordenação Flavia Londres, Viviane Brochardt. -- Rio de Janeiro, RJ: ASPTA Agricultura Familiar e Agroecologia, 2022. PDF. Disponível em: https://agroecologia.org.br/wp-content/uploads/2022/09/Brasil-do-flagelo-da-fome-aofuturoagroecologico_ANA-2022.pdf. Acesso em: 16 out de 2023.

CAPORAL, F. R. **Agroecologia: uma nova ciência para apoiar a transição a agriculturas mais sustentáveis**. / Francisco Roberto Caporal – Brasília: 2009. 30 p. 9-64.

CAPORAL.F.R., PETERSEN. P. **Agroecologia e políticas públicas na América Latina: o caso do Brasil**. BIBLIOTECA DA QUESTÃO AGRÁRIA, 2012. Disponível em: <https://mst.org.br/biblioteca-da-questao-agraria/?tipo=Artigo%20e%20ensaio>. Acesso em: 10 set de 2023.

COCA, Estevan Leopoldo de Freitas. **A soberania alimentar através do Estado e da sociedade civil: o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), no Brasil e a rede Farm to Cafeteria Canada (F2CC), no Canadá** / Estevan Leopoldo de Freitas Coca. - Presidente Prudente: [s.n.], 2016. 357 f. Disponível em: https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/143819/coca_elf_dr_prud.pdf?sequence=3&isAllowed=y. Acesso em: 25 out. 2023.

DELGADO, G. C. **Capital financeiro e agricultura no Brasil: 1965-1985**. São Paulo: Ícone, 1985.

DESMARAIS, Annette. **La Via Campesina: globalization and the power of peasants**. London: Pluto Press, 2007.

FERNANDES, B. M. **Soberania alimentar como território**. Presidente Prudente: São Pedro – Paraguai. 2008.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político**. 5ª ed. Petrópolis: Vozes, 1995.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Modo capitalista de produção, agricultura e reforma agrária**. São Paulo: Labur Edições, 2007.

_____. **A agricultura camponesa no Brasil**. 3ª ed. São Paulo: Contexto, 1997. (Caminhos da geografia).

PEDON, Nelson Rodrigo. **Movimentos socioterritoriais**: uma contribuição conceitual à pesquisa geográfica. Presidente Prudente. Tese Doutorado em Geografia. Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita” – campus de Presidente Prudente, 2009. Disponível em: Disponível em: <https://mst.org.br/biblioteca-daquestao-agraria/>. Acesso: 5 out de 2023.

RAMOS FILHO, Eraldo da Silva. **O campesinato entre a segurança e a soberania alimentar**. In: Estado, políticas e território. /Eraldo da Silva Ramos Filho, et al. - 1 ed. -- São Paulo: Outras Expressões, 2015. p. 39-64.

RAMOS FILHO, Eraldo da Silva. **Os movimentos socioterritoriais**: conceito, organização e programa de ação. In: Movimentos socioterritoriais, a contrarreforma agrária do Banco Mundial e o combate à pobreza rural. São Paulo/Buenos Aires: Outras Expressões/CLACSO, 2013. (Coleção CLACSO-CROP), p. 97 – 122.

SCHMITT, C.; MONTEIRO, D.; LONDRES, F., PACHECO, M. E.; BROCHARDT, V. Alternativas Agroecologia no Brasil. in: **Altas do agronegócio**: fatos e números sobre as corporações que controlam o que comemos. Maureen Santos, Verena Glass, organizadoras. – Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2018. 60 p. Disponível em: <https://rosalux.org.br/wp-content/uploads/2018/09/Atlas-Agro-final-web-06-09.pdf>. Acesso em: 02 set. 2023.

SHANIN, T. (2012). **A Definição De Camponês**: Conceituações E Desconceituações – O Velho E O Novo Em Uma Discussão Marxista. *REVISTA NERA*, (7), 1–21. Disponível em: <https://doi.org/10.47946/rnera.v0i7.1456>. Acesso em 02 out. 2023.

SOBREIRO FILHO, J. **Contribuição à construção de uma teoria geográfica sobre movimentos socioespaciais e contentious politics**: produção do espaço, redes e lógicaracionalidade espaço-temporal no Brasil e Argentina. 440 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista J. de M. Filho, Presidente Prudente, 2016.

SOUZA, M.M.O. **Agroecologia: diversidade, movimento e resistência** / Murilo Mendonça Oliveira de Souza (Org.). _ Ed. Anápolis: Editora UEG, 2019. 252 p.

TARDIN, J. M. **Cultura Camponesa**. In: Roseli Salette Caldart; Isabel Brasil Pereira; Paulo Alentejano; Gaudêncio Frigotto. (Org.). In: *Dicionário da Educação do Campo*. 1ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012, v. 1, p. 3-777. Disponível em: <https://www.epsjv.fiocruz.br/sites/default/files/1191.pdf>. Acesso em 24 de out 2023.

URHAHN, J.; POHL, Christine. Alternativas em busca de um novo caminho. in: **Altas do agronegócio**: fatos e números sobre as corporações que controlam o que comemos. Maureen Santos, Verena Glass, organizadoras. – Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2018. 60 p. Disponível em: <https://rosalux.org.br/wp-content/uploads/2018/09/Atlas-Agro-final-web-06-09.pdf>. Acesso em: 02 set. 2023.



**XV
ENAN
PEGE**

ENCONTRO NACIONAL DE
PÓS-GRADUAÇÃO E
PESQUISA EM GEOGRAFIA

VIA CAMPESINA. 2015b. **Peasant Agroecology for Food Sovereignty and Mother Earth, experiences of La Vía Campesina**. Notebook No. 7. Zimbabwe: LVC.

VIA CAMPESINA. **NGO Forum Declaration in the World Food Summit of FAO (Rome+5)**. Roma, junho de 2002.